

Bloco**3****Trabalho socioeducativo:
ações dos grupos e das equipes técnicas**

Os textos que compõem este bloco abordam as questões suscitadas pela ação direta das equipes técnicas junto aos grupos das famílias nucleadas. Os temas giram em torno do debate teórico sobre as ações socioeducativas com grupos, destacando-se o processo grupal em si e os conteúdos a serem trabalhados. A formação continuada dos técnicos é objeto de um dos textos, de modo a subsidiar o necessário acompanhamento dos profissionais que atuam em programas sociais que priorizam ações socioeducativas.

Texto **9**

O trabalho socioeducativo sob o olhar da Psicologia

Chica Hatakeyama Guimarães

Introdução

As reuniões do Programa Fortalecendo a Família foram iniciadas depois de encontrados os locais e formados os grupos. Para o desenvolvimento do trabalho, nuclear as famílias significou formar conjuntos de 20 a 30 pessoas dispostas a se reunir quinzenalmente, durante uma hora e meia por um período inicial de cerca de um ano. Com isso, estabeleceram-se as condições mínimas para favorecer a formação do grupo.

Para a constituição de cada grupo adotou-se o critério da territorialização — foram escolhidas famílias que morassem perto do local de reunião, dentro de cada uma das oito regionais definidas no Programa.

As reuniões foram a forma indicada para organizar o momento do encontro daquelas pessoas para o trabalho socioeducativo, com a finalidade de orientar e informar seus participantes.

Havia, portanto, dois focos a serem considerados: o processo grupal e os conteúdos ou questões a serem trabalhados. Nesta primeira fase de nucleação, o conteúdo de interesse e as questões tratadas nos grupos estavam relacionados ao próprio PFF/SP/SP: dúvidas relativas ao Programa, problemas com o cartão, critérios de permanência ou não no Programa e assim por diante. Além desses pontos que necessitavam de respostas, o tema do desemprego apareceu como algo que unifica os participantes dos grupos. Esses assuntos ainda permanecem.

A formação do grupo

É nesse período que o grupo começa a se formar. A desconfiança, a incerteza, o estranhamento, o temor e a reserva tornaram-se matérias-primas a serem trabalhadas pela equipe técnica (um profissional e um estagiário) responsável pela coordenação do grupo. Dessa maneira, buscou-se, ao mesmo tempo, informar e orientar a respeito dos problemas e dúvidas, como também dar condições para as pessoas estabelecerem relações ao poderem se apresentar, travar conhecimento e ser conhecidas, que é o meio por excelência de formação dos grupos.

Nas reuniões, o coordenador sempre esteve atento ao seu papel de facilitador do desenrolar do processo grupal. Facilitador no sentido de possibilitar que o espaço da reunião se tornasse um local significativo e que o grupo viesse a ser uma referência para seus membros.

A atitude fundamental adotada pelo coordenador foi — e tem sido — de compreensão e acolhimento. Isso se traduz numa conduta que supõe suspensão de julgamentos de qualquer natureza a respeito do comportamento ou das falas dos participantes. Tal atitude implica em disponibilidade, calor afetivo e, sobretudo, num convite à presença e participação do membro do grupo. Essa postura tem permitido que as pessoas fiquem gradativamente mais à vontade. Elas percebem que aquele é um lugar aberto a uma participação mais livre e que suas palavras são ouvidas, respeitadas e consideradas pelos demais. É quando a experiência de ouvir, trocar e compartilhar começa a acontecer. Novas possibilidades subjetivas estão ocorrendo.

À medida que os encontros se sucedem, a surpresa de perceber que os relatos das pessoas trazem aspectos de vida semelhantes de dor, revolta, vivência, esperança e solidariedade e acolhimento do sofrimento do outro.

No reconhecimento da igualdade de situações sofridas e na percepção da diferença de reações e soluções, nas trocas de experiências, nasce a possibilidade de cada um refletir sobre si mesmo, sua família, seus sonhos e desejos. Isso permite novas respostas a indagações nem sempre conscientes: quem sou eu? o que quero? como posso viver melhor? Inaugura-se aí um segundo momento no processo grupal. Não se trata mais de apenas um conjunto de pessoas: começa a emergir o vínculo de grupo, com a constatação de que se faz parte daquilo, o sentimento de pertencimento.

A questão do sigilo

Um ponto que tem sido objeto de dúvidas e preocupação no Programa diz respeito ao sigilo do que é relatado no grupo. Esse assunto é particularmente importante porque a divulgação de certas revelações feitas durante a reunião pode implicar em graves problemas de segurança para as pessoas participantes ou não do grupo. É o caso de informações a respeito de situações ou pessoas ligadas ao tráfico de drogas, a quem o poder local impõe uma “lei do silêncio”. Violar essa “lei” é pôr em risco a própria vida.

Como era de se esperar, outro assunto constante no grupo é o da violência urbana. O que fazer? Como evitar que sejam levadas para fora do grupo informações que se referem à intimidade das pessoas? Os técnicos procuraram tratar da questão do sigilo com os integrantes dos grupos, mas o assunto não é de fácil solução.

Há dois aspectos a considerar sobre o sigilo. O primeiro diz respeito à ética que orienta o trabalho do profissional, particularmente em Psicologia. De acordo com seu código de ética, o psicólogo é obrigado a manter em sigilo as informações recebidas do usuário de seus serviços. Dessa forma, é inquestionável a necessidade de não expor a intimidade dos participantes, não importa o conteúdo do que é revelado, implique ou não em problemas de segurança.

O outro aspecto refere-se aos membros do grupo. O sigilo do que ouvem ou vêem nas reuniões não é algo que lhes soe familiar. Ao contrário: no convívio cotidiano, quanto mais inusitada ou espantosa a informação, maior a velocidade com que ela é passada adiante. Ainda que os participantes do grupo conheçam a “lei do silêncio”, muitas vezes ela é rompida. Assim, o sigilo das informações é algo a ser trabalhado como elemento integrante do processo do grupo.

O sentimento de pertencer ou de ser filiado ao grupo e o estabelecimento do vínculo grupal pode ajudar na formação de uma responsabilidade compartilhada quanto a esta questão, principalmente quando a segurança está envolvida. A possibilidade de manter sigilo representa uma conquista do grupo, uma vez que não existe logo que é formado, como seria necessário.

Os temas de discussão

Apesar da grande variedade de assuntos trazidos para as discussões nos grupos, há temas comuns. Referem-se a dificuldades ou problemas de relacionamento parental ou conjugal (família) e necessidade premente de meios de sobrevivência (emprego ou formas alternativas de renda).

Os demais aspectos, ainda que apareçam como individuais ou familiares, são abordados pela equipe como relacionados a direitos dos cidadãos. Geralmente, referem-se a situações ou questões — como violência doméstica ou urbana — que indicam a violação de tais direitos.

Há grupos que começam a se dar conta de que as situações de violência vividas no cotidiano são uma violação do direito à segurança. Isso não só levou à possibilidade de reformular o sentido do que é viver a violência, mas deu uma direção nova para a busca de encaminhamentos do problema.

Embora não em todos os grupos, pode-se notar um movimento para fora do grupo, ou seja, o interesse por atividades mais coletivas, como participação em reuniões mais ampliadas, fóruns de discussão, atividades culturais e sociais com membros de outros grupos.

Essa é a forma de encaminhar as reuniões socioeducativas. São acolhidas e consideradas as dúvidas, os problemas, as preocupações e o sofrimento trazido pelos integrantes do grupo. Ao mesmo tempo, procura-se auxiliar o participante e o conjunto das pessoas a situarem a questão em seu contexto social mais amplo, informando, debatendo, orientando a discussão para uma compreensão do que é vivido e sofrido subjetivamente, articulado ao contexto mais amplo e comum aos membros do grupo: os direitos do cidadão.

Emprego e desemprego

Uma questão trazida constante e insistentemente é a do desemprego/emprego e as formas para se obter renda. Mais do que mera preocupação, representa um capítulo na incessante luta pela sobrevivência dessa parcela da população. Sem dúvida, a preocupação com as condições de vida é uma constante, uma vez que a maioria dos participantes (86,6%) encontrava-se desempregada por ocasião do cadastramento¹. A expectativa de emprego e renda aparece em segundo lugar para estas famílias, com um total de 30%, superado apenas pelo desejo de ter uma moradia.

O tema do desemprego/emprego tem sido recorrente nas discussões grupais. Isso demonstra o enorme equívoco daqueles que, preconceituosamente, usam a preguiça, falta de vontade de trabalhar, malandragem, e vários outros aspectos depreciativos para explicar por que alguém é pobre ou está desempregado. Jodelet (2001) considera o preconceito um dos fortes mecanismos da exclusão produzida socialmente, e, pode-se acrescentar, subjetivamente sofrida.

Ao estudar autores que analisaram as implicações do desemprego, da exclusão no campo subjetivo, vê-se que é preciso considerar o tipo de sofrimento que tal situação provoca, diferente da dor.

“[a dor é] algo que emana do indivíduo, das afecções do seu corpo nos encontros com outros corpos [...], o sofrimento é a dor mediada pelas [...] injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome, e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos”².

A situação de pobreza provocaria, no dizer de Sawaia, um sofrimento ético-político que “abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas”³ e em diferentes aspectos. Como a mulher que se vê incapaz de reagir a situações de opressão e violência doméstica, ou, envergonhada de si mesma, coloca a mão na frente da boca ao falar com as pessoas.

¹ Segundo os dados Sistematizados pela Empresa Diagonal.

² SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 102.

³ Idem. p. 104.

Violência doméstica

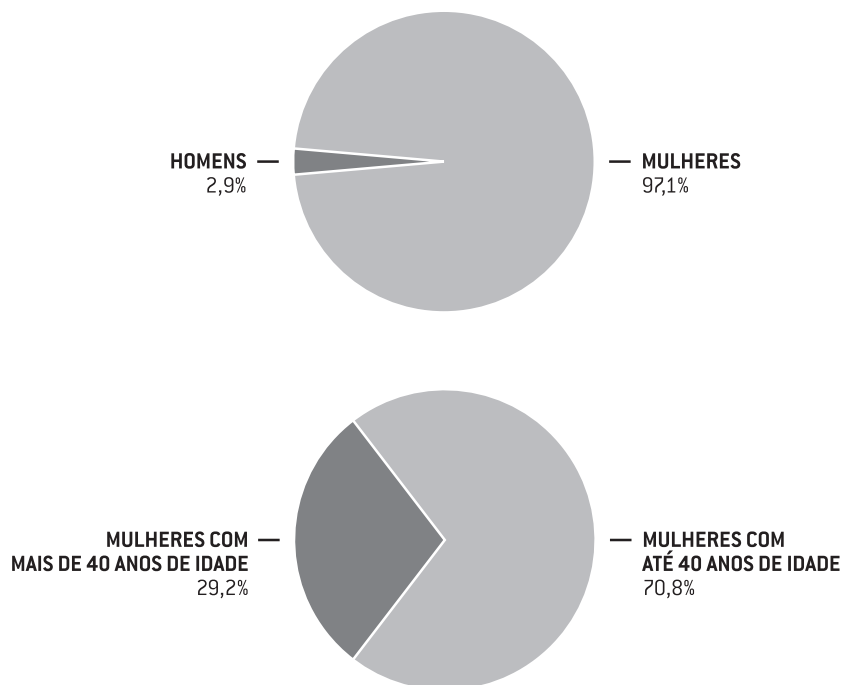
Segundo Sawaia, embora seja o indivíduo quem sofre, a gênese de seu sofrimento não estaria nele próprio, mas nas intersubjetividades delineadas socialmente. O conceito de sofrimento ético político define a dor produzida por situações e condições que implicam em relações sociais de opressão, exploração, subalternidade e submissão.

Seria possível interpretar dessa forma o que está implícito nos relatos das famílias que falam das difíceis situações cotidianas de suas vidas ou mesmo quando surgem diferentes temas trazidos para discussões no grupo. Tal tipo de sofrimento aparece de forma mais candente quando situações de violência doméstica são reportadas. Nelas, o medo, a tristeza e o sentimento de impotência se fazem presentes, levando quase sempre à conclusão da inevitabilidade e da falta de alternativa à situação vivida. Muitas vezes fica difícil distinguir o algoz da vítima — ou, ainda, enxergar se ambos são apenas a forma humana e mais sofrida de expressão da violência da própria sociedade.

A razão principal da grande frequência com que esses assuntos são tratados é o tipo de composição dos grupos socioeducativos. Eles são basicamente formados por mulheres ainda jovens, para quem as questões amorosas são parte constitutiva de sua vida familiar.

Composição dos grupos de representantes de famílias

Fonte: SIGS



Violência urbana

A violência também é urbana. Ela pode ser representada pela constante ameaça e o controle da população pelo tráfico. Este não age como poder paralelo, mas como quem tem o domínio real de certas regiões, disputado pelas forças policiais responsáveis pela mesma localidade. No dizer da população de Sapopemba, onde a questão assume grandes proporções, os policiais amedrontam mais que os traficantes. Os marginais são conhecidos e suas formas de ação são previsíveis. O que se necessita fazer para sobreviver é respeitar suas leis, como o toque de recolher. Já as ações policiais geralmente caracterizam-se por serem imprevisíveis e violentas, deixando a população exposta a perigos ainda maiores.

Outra área de grande aflição pode ser chamada de sofrimento social, conforme propõe Carreteiro⁴. Ela aparece relacionada ao tema do controle e da ação dos traficantes sobre os filhos jovens chamados a se envolver ou envolvidos nesse tipo de atividade como membros de algum grupo ou usuários.

Esse assunto é sempre uma conversa difícil, pois o encaminhamento de tais problemas inclui, além da família, outras instâncias que, em geral, não estão atuando adequadamente. É o caso da escola. Essa instituição não consegue ser um espaço social, cultural e de aprendizagem significativo que funcione como alternativa efetiva de sociabilidade e de formação para os jovens. Ocorre o mesmo com o mercado de trabalho, fechado para a juventude. Um futuro melhor para os filhos e netos é a expectativa de 7,72% dos participantes do PFF/SP/SP, segundo os dados do Relatório da Diagonal.

A violência — a doméstica e, principalmente, a urbana —, resulta no isolamento das pessoas, cada vez mais apartadas do convívio social. O medo e a insegurança fora de casa (e às vezes até dentro dela), bem como o medo e insegurança instalados no coração das pessoas fazem que se retraiam e provocam desconfianças mútuas.

Esse quadro dificulta ainda mais o estabelecimento de laços sociais e solidários. A vizinhança não é mais um local de apoio ou convivência. Ao contrário, é preciso saber com quem falar, por onde, como e quando transitar pela região.

Conclusão

A exigência da presença às reuniões do PFF/SP/SP forçou as pessoas a saírem ao encontro de outras. A necessária e inicialmente forçada sociabilidade transformou-se aos poucos. O que começou como uma imposição passou a ter novo significado. É poder sair do isolamento e da solidão, sentir-se vinculado ao grupo, fazer amigos, ter atividades sociais, como demonstra o relato das participantes: dizem que se sentem confiantes, não precisam mais falar com a mão na boca, podem entrar no banco de cabeça erguida. Outra conta que colocou o marido para correr pois agora ela põe a comida na mesa.

⁴ Para mais informações ver: "A doença como projeto", de Tereza Cristina Carreteiro. In: SAWAIA (org.). *Artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 87-98.

Essas novas possibilidades de expressão da subjetividade dos participantes não aparecem de forma homogênea e geral⁵. Ainda utilizando um conceito de Sawaia, talvez se pudesse, em contraponto ao sofrimento, interpretá-las como novas possibilidades de sentir algo próximo ao que ela chama de felicidade ético-política. Esta ocorreria quando “se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade”⁶.

Esse tipo de felicidade poderia ser vivido por alguém ao conseguir uma vitória em termos de conquista da cidadania e da emancipação própria e do outro, e não apenas pela obtenção do bem material.

Percebeu-se, ainda, que as participantes têm novos interesses e participações. Um cuidado maior com a própria saúde foi evidenciado pelo aumento do número de exames clínicos feitos pelas mulheres. Conforme elas relatam, isso significa vencer o medo e a vergonha, inclusive com a ajuda de pequenas ações de solidariedade, como contar com a companhia de alguém do grupo⁷. Além disso, muitas mulheres voltaram a estudar (ainda não existe uma estatística que mensure essa mudança) e muitas se organizaram em pequenos grupos para ir à escola, geralmente à noite, devido aos problemas de segurança.

Enfim, as palavras a seguir talvez sejam prematuras, mas representam um desejo que pode vir a ser realidade para os participantes do Programa. Concorde-se com Carreteiro quando ela diz “que o sujeito humano é criador de projetos, o que o leva a participar de sua cultura, de sua história...”⁸. A esperança é que estas tímidas e embrionárias iniciativas possam indicar o caminho em direção a novos projetos de vida por parte das famílias e dos grupos.

Referências bibliográficas

- SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JODELET, Denise. “Os processos psicossociais da exclusão”. In: SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CARRETEIRO, Tereza Cristina. “A doença como projeto — uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais”. In: SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁵ Todo processo de subjetivação tem caráter singular e pessoal. Por isso, as experiências vivenciadas no Programa serão traduzidas particularmente. Muitos destes aspectos relativos a novas experiências de subjetivação não poderão ser avaliados pelo processo de avaliação oficial do Programa.

⁶ SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 105.

⁷ Aliás, a saúde e a falta de condições dos serviços nessa área têm sido uma preocupação manifesta quase em todos os grupos.

⁸ SAWAIA, Bader (org.). *Artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 91.

Texto **10**

A formação continuada de equipes técnicas em trabalho com famílias

Patrícia Mortara
Marília da Silva Pardini

Introdução

A formação continuada tem por finalidade garantir de forma constante o acompanhamento e a aptidão dos profissionais frente às questões colocadas pelo trabalho socioeducativo. Esse processo prevê o atendimento às necessidades de condução qualificada da atuação das equipes regionais junto às famílias.

A proposta deve levar em conta os objetivos do trabalho com os grupos de representantes de famílias: autonomia e cidadania na direção da construção do sujeito de direitos.

A concepção que embasa a metodologia do trabalho proposto compreende a relação entre os conceitos de autonomia, cidadania, sujeito de direitos, territorialidade, família, grupo socioeducativo, ação coletiva e políticas públicas. Tal metodologia move-se num campo de novas práticas sociais. Isso cria a necessidade de qualificação constante, diante dos desafios que surgem no momento em que teoria e prática são experimentadas nas situações de fato. Suscita, por sua vez, o conhecimento de áreas afins, articulado nesse enfrentamento das questões postas pela realidade.

A interdisciplinaridade, portanto, é requisito fundamental no desenvolvimento do trabalho socioeducativo com grupos sociais¹.

¹ O PFF/SP/SP, da forma como foi previsto, propôs um trabalho interdisciplinar nas áreas da Psicologia e do Serviço Social, com profissionais e estagiários.

Num trabalho caracterizado pela visão interdisciplinar, a capacitação teórica-prática pressupõe a avaliação conjunta de profissionais e estudantes, com formações universitárias distintas, que permita uma progressiva abertura e relativização dos saberes individuais.

Por sua proposta de autonomia e a cidadania, a formação continuada concebe os profissionais e estagiários como sujeitos reflexivos e agentes de transformação e os estimula a construir um caminho coletivamente. Essa concepção é a tônica que técnicos e estagiários levarão para suas reuniões de grupo: uma lógica de trabalho que instigue à mudança e à construção de ações transformadoras no cotidiano.

Modalidades

As quatro modalidades de formação continuada distribuem-se de forma processual nos diferentes momentos do Programa. Aqui elas são demonstradas em possíveis formas de se tornarem operacionais. São modalidades de formação continuada: capacitação teórico-prática; acompanhamento programático, dividido em acompanhamento das duplas coordenadoras das reuniões socioeducativas e acompanhamento dos estagiários.

Capacitação teórico-prática

Essa modalidade ocorre nas reflexões feitas sobre as questões advindas do trabalho junto às famílias atendidas. São momentos especiais em que temas centrais da questão social na cidade são amplamente pensados e discutidos nas suas determinações e constituição: violência urbana e doméstica, drogadição, saúde, sexualidade, tráfico, trabalho e geração de renda. A transversalidade dos temas permite recuperar as diferentes formações e pontos de vista sobre a questão social.

O conjunto dos profissionais precisa desenvolver tópicos como: ética profissional, interdisciplinaridade, valores, ideologia. E habilidades como: observação, registro, encaminhamento, escuta. Os assuntos podem ser abordados junto com o corpo de profissionais e estagiários, em fórum de reflexão coletiva e oficinas de treinamento. Isso propicia a socialização do saber e uma multiplicação de experiências criativas. Uma equipe de professores e especialistas deverá programar e executar essas dimensões da formação continuada, na perspectiva de aprofundamento das relações teórico-práticas.

É necessário, ainda, definir uma equipe de formação continuada para a capacitação teórico-prática. As finalidades são: orientar no desenvolvimento do plano de trabalho com objetivos, conteúdos e estratégias; instrumentalizar a equipe para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar; contribuir para a reflexão teoria-prática.

Acompanhamento programático

O objetivo do acompanhamento programático é coletivizar a condução do trabalho no grupo socioeducativo, os temas de acompanhamento abordados, as propostas de

encaminhamento e demandas sugeridas. Nesse âmbito, o potencial e a especialidade de cada profissional são bastante necessários e aproveitados pela equipe.

O processo deve ser realizado pelos gerentes e assistentes de cada região. Terá como parâmetro a capacitação teórico-prática oferecida pela formação continuada.

O uso da ferramenta de registro da reunião socioeducativa pressupõe o planejamento e a análise de cada encontro, a partir da queixa versus ação e dos encaminhamentos a serem realizados. A análise desse registro permite que o gerente e o assistente regionais tenham a visão do processo de desenvolvimento de cada grupo. Isso permite acompanhar o trabalho desenvolvido por cada dupla de profissionais e da equipe regional como um todo. Esse exame possibilita a reflexão crítica e o *feedback* no cotidiano do trabalho profissional, gerando demandas para a formação continuada.

Acompanhamento das duplas

A realidade das famílias que freqüentam as reuniões socioeducativas é, num primeiro momento, um “choque” para muitos profissionais que iniciam seu trabalho no Programa. A situação de penúria, exclusão social e violência precisa ser elaborada de forma contextual. Torna-se imprescindível criar um espaço de escuta e acolhimento para discutir as demandas da equipe. O papel dos gerentes e assistentes é acolher os conflitos provocados pela realidade do trabalho com as famílias no Programa e, quando necessário, encaminhar os profissionais e/ou estagiários para serviços especializados.

Acompanhamento dos estagiários

Sob a perspectiva da formação profissional, aborda-se o ensino a partir da inserção de universitários na realidade social vivida na periferia da cidade. Essa introdução dá-se no acompanhamento direto do processo socioeducativo junto aos grupos de representantes de famílias, em equipes regionalizadas e interdisciplinares, com base na metodologia proposta.

Para o acompanhamento dos estagiários, a supervisão de campo, por área de conhecimento, deve ser realizada a partir do profissional atuante na gerência regional, seja gerente ou assistente de gerente, conforme atribuições do Programa.

As atividades dos estagiários devem ser propostas num plano de estágio e vistas como facilitadoras da aprendizagem necessária à sua formação profissional. Compete ao supervisor de campo propor o plano. A proposta é feita com base no programa de estágio que consta do convênio, dadas as diretrizes metodológicas em curso, e também é discutida com o estagiário desde suas primeiras formulações, na relação com as diretrizes da política de estágio das universidades.

O plano deve ser dinâmico e processual. Sua meta é o aperfeiçoamento do aluno. Se necessário, incluirá a revisão de atividades, a partir da avaliação sistemática desse processo de aprendizagem. É importante destacar: a relação supervisor de campo estagiário, enquanto instância de formação profissional, deve possibilitar o respaldo teórico-metodológico,

na construção de um perfil profissional ético e propositivo, a ser expresso gradualmente pelo aluno no cotidiano do trabalho da equipe de área.

O supervisor de campo e o estagiário podem compartilhar tarefas no trabalho com os grupos de famílias, como: planejar as reuniões, fazer registro, acompanhar o processo grupal em sua coordenação e avaliação do trabalho. Qualificar o estagiário num trabalho interdisciplinar leva-o a aprender no processo. Ao final do trabalho, o resultado são profissionais mais aptos para a futura atuação na realidade.

Exemplos de operacionalização

A formação continuada pode ocorrer na distribuição dos períodos de trabalho das equipes no Programa. Por exemplo, em cinco períodos de trabalho, três são na região. As duplas de profissional e estagiário conhecem o território quando da implementação. Nos demais momentos, atendem o grupo socioeducativo. A gerência regional, formada por gerentes e assistentes, desde o início articula-se com SAS, entidades, ONGs e demais forças sociais da região.

Outro caso é o de dois períodos em trabalho interno na sede central do Programa. Primeiro, a gerência regional e a equipe em formação continuada farão capacitação teórico-prática, acompanhamento programático, acompanhamento dos profissionais, acompanhamento dos estagiários. No segundo período, a equipe de profissionais vai inserir os registros no sistema informacional.

Para operacionalizar a formação continuada, aqui está um exemplo de como isso pode ser feito, com base na estruturação da proposta de metodologia de trabalho socioeducativo com famílias em programas de transferência de renda².

Na fase de implementação, a capacitação teórico-prática³ propicia o panorama dos temas e reflexões centrais a serem aprofundados ao longo da formação continuada. Isso inclui:

- explicitar o perfil profissional esperado;
- atribuições e relação entre técnico e estagiário na coordenação do grupo socioeducativo;
- socioeducação (conceitos fundantes e experiências) na direção da autonomia e cidadania;
- políticas e programas sociais;
- território e rede social;
- interdisciplinaridade como requisito metodológico no trabalho socioeducativo;
- ética profissional;
- preparação dos temas: família, grupo, subjetividade, violência doméstica e urbana, direitos sociais;

² A capacitação teórico-prática de duplas e gerências regionais sobre o tema ser trabalhado deve sempre ocorrer no mês anterior ao que está previsto no cronograma de trabalho com as famílias.

³ Ainda não ocorre o acompanhamento Programático.

- trabalho com grupo socioeducativo;
- planejamento regional e das reuniões socioeducativas;
- observação e coordenação de grupo;
- registro de reunião;
- formas de manejo das técnicas e processo do trabalho;
- inclusão dos profissionais de SAS no treinamento com vistas a iniciar o conhecimento das equipes e trocas de experiência (treinamento inicial).

Na fase de instalação do programa, a capacitação teórico-prática assegura o conhecimento do território ao permitir:

- observação direta do espaço territorial;
- conhecer lideranças e movimentos sociais da região, assim como entidades e organizações locais;
- conhecimento dos espaços disponibilizados para as reuniões socioeducativas;
- conhecimento territorial através de produções existentes: relatório de cadastramento, relatório analítico geral e por regional, estudos sobre o território e políticas públicas (fontes: subprefeituras, internet, mapa da exclusão etc.).

Inclui, ainda, a apresentação e o treinamento com ferramenta informacional:

- seminário conceitual e de prática sobre a(s) ferramenta(s);
- início do treinamento da ferramenta de registro da reunião socioeducativa — pressupõe que o cadastramento já tenha sido efetivado e que os dados das famílias se encontrem na ficha inicial;
- ferramenta no ar e computadores à disposição dos profissionais.

No momento de territorialização das famílias combinam-se capacitação teórica-prática e acompanhamento programático das equipes. É importante lembrar que a capacitação sobre o tema a ser trabalhado deve sempre ocorrer no mês anterior ao que está previsto no cronograma de trabalho com as famílias, interligada ao acompanhamento programático.

No primeiro mês de trabalho, haverá quatro períodos, um por semana.

A primeira semana inclui um fórum de reflexão coletiva. Nele, será desenvolvida uma discussão teórica sobre o tema proposto, como violência, por exemplo, na forma de: palestra ou vídeo acompanhado de discussão; leitura conjunta e comentada sobre um texto. A equipe de formação continuada é a responsável, com participação de gerências regionais, profissionais e estagiários. As de SAS devem ser incluídas.

Na segunda semana casos típicos são trazidos para análise. Exemplos: violência doméstica, de gênero, entre pais e filhos, urbana; tráfico. Com assessoria da equipe de formação continuada e de especialistas, os responsáveis são as gerências regionais e participam as equipes regionais.

Durante a terceira semana, ocorrem a capacitação técnica e o acompanhamento programático. Há diferentes instrumentos e métodos de abordagem do tema específico.

Com assessoria da equipe de formação continuada e de especialistas, os responsáveis são as gerências regionais, com participação das equipes regionais.

A **quarta semana** destina-se à capacitação técnica e acompanhamento programático. Cada dupla escolhe uma forma de abordar o tema, apresenta para a equipe regional e amplia a discussão, a fim de aperfeiçoar a qualidade do planejamento das reuniões socioeducativas. Assessoradas pela equipe de formação continuada, as gerências regionais são as responsáveis por essa fase e as equipes regionais entram como participantes.

O acompanhamento programático, com suporte da equipe de formação continuada e como atribuição das gerências regionais, pode ocorrer quinzenalmente para acompanhamento: das duplas de coordenação do grupo socioeducativo nas formas de reuniões e plantão de dúvidas; dos estágios, na forma de supervisão em grupos de estagiários por área de formação, obedecendo às relações necessárias com os cursos de origem.

O exemplo dado pode ser reproduzido, com variação dos temas, durante o decorrer do Programa, no momento de construção de ações coletivas e no de socialização no território.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, F. C. B. "O lugar da saúde mental na saúde". In: CAMPOS, F. C. B. (org.). *Psicologia e saúde: repensando práticas*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 47-57.
- CORBISIER, C. "A escuta da diferença na emergência psiquiátrica". In: BEZERRA JÚNIOR, B.; AMARANTE, P. (orgs.). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- CORBISIER, C. "A reforma psiquiátrica: avanços e limites de uma experiência". In: AMARANTE, P. (org.). *Subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 279-299.
- GUARESCH, P. A. "Relações comunitárias. Relações de dominação". In: CAMPOS, R. H. F. (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 81-99.
- HULTZ, C. S. (org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- PINSKY, J. e PINSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NUNES, E. D. "A questão da interdisciplinariedade no estudo da saúde coletiva e o papel das ciências sociais". In: NUNES, E. D. *Ciências sociais e saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: OPAS, 1985.
- SCHRAIBER, I. B.; NEMES, M. L. B.; MENDES GONÇALVES, R. S. *Saúde do adulto. Programas e ações na unidade básica*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VIVARTA, V. *Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

Texto **11**

O grupo socioeducativo com famílias

Chica Hatakeyama Guimarães

Introdução

É conhecida a importância fundamental dos grupos na vida e para a constituição dos sujeitos, como mediadores nas relações sociais entre os indivíduos e a sociedade, desde a família até os grupos de trabalhos (sindicatos, associações etc.) e outros mais, como os do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP.

Tal pressuposto não será objeto desta discussão, que tem por finalidade traçar algumas orientações para o desenvolvimento dos grupos e das reuniões socioeducativas. Serão apresentadas idéias e concepções relacionadas ao grupo, sua constituição, a comunicação e sua importância no trabalho; e também referentes à reunião propriamente dita, sua importância para o grupo socioeducativo.

Utilizamos algumas idéias e conceitos teóricos relacionando-os com elementos retirados do trabalho com grupos desenvolvido nas diversas áreas no PFF/SP/SP.

Os autores selecionados podem ser categorizados segundo a ligação que estabelecem com uma determinada postura e concepção da psicologia, a psicologia social latino-americana,

“cujas características peculiares seriam o interesse pelo coletivo e pelas comunidades, o posicionamento social a favor das minorias oprimidas e dos movimentos sociais, a práxis visando a transformação social e individual, a incorporação das culturas populares, a participação social”. (MASSINI, 2000: 5)

Para subsidiar as idéias apresentadas neste documento, recorreu-se a autores cujos conhecimentos produzidos guardam essa forma de entender a produção teórica, com destaque para dois deles: Pichon Rivière e Martin Baró.

As idéias de Paulo Freire, educador brasileiro, responsável pela criação de uma proposta de educação popular em uma perspectiva emancipatória, também trazem uma contribuição importante para o que se propõe aqui.

Em primeiro lugar é preciso apresentar o conceito de grupo socioeducativo e reunião. Como o próprio nome sugere, as reuniões são situações criadas em que se destacam dois aspectos: *socio*, do latim *sociu*, companheiro, indicando a dimensão social, que neste caso, particulariza-se no aspecto grupal. A instância através da qual o trabalho se desenvolve também aponta para uma forma de inserção e de participação social e política na vida do bairro e da cidade (território), que expressa a dimensão socioeducativa.

O grupo encontra-se por intermédio da reunião: na forma planejada com objetivo e conteúdo que orientam o trabalho a ser desenvolvido pela coordenação, ainda que o planejamento tenha a flexibilidade como uma de suas características. É a direção apontada acima que norteia o planejamento das reuniões do grupo socioeducativo.

Os grupos no PFF/SP/SP

Um autor constantemente citado quando se fala de grupo com a perspectiva acima indicada em Psicologia, é Pichon Rivière, psiquiatra de origem francesa que desenvolveu seu trabalho na Argentina. Pichon criou a técnica do grupo operativo como uma forma de intervenção na perspectiva da psicologia social e que hoje é amplamente conhecida, inclusive no Brasil nos meios em que se desenvolvem trabalhos sociais.

Para Pichon, o grupo operativo pode ser definido como “o grupo centrado na tarefa”. As noções de aprendizagem e de comunicação ligam-se a ansiedades básicas inconscientes. Tanto a aprendizagem no grupo quanto a comunicação ali estabelecida só podem ser trabalhadas em função da tarefa (cura, aprendizagem, diagnóstico etc.). A ferramenta utilizada é a interpretação. Consiste na explicitação do que sucede inconscientemente no grupo, para que as mudanças nos membros possam ocorrer e, a partir disso, o coletivo caminhe na direção da realização de seus objetivos.

A noção de grupo fundamental, a partir do qual as demais relações sociais se estabelecem, é o familiar. Esse é o contexto em que o indivíduo é concebido enquanto ser social e a partir do qual Pichon formula a teoria do vínculo. Ela lhe permite passar para a concepção de uma psiquiatria social, construída com os postulados da psicanálise, embora em uma visão diferente da tradicional.

Em função da forma como está atualmente desenhado, o PFF/SP/SP buscou utilizar as idéias de Pichon Rivière como uma fonte inspiradora para desenvolver as noções a respeito do grupo e seus processos. Ela deixou de ser adotada devido ao conjunto de particularidades do PFF/SP/SP que impossibilitam o uso do grupo operativo.

Um dos conceitos do autor interessante para esta discussão inicial, é o de grupo enquanto “conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes no tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita uma tarefa que constitui sua finalidade”. (RIVIÈRE, 1988: 177)

A técnica do grupo operativo foi criada para o trabalho com grupos pequenos e permitem relações face a face, nesse “conjunto restrito de pessoas”.

Na experiência de Rosário, realizada pelo autor, o grupo operativo era formado por, em média, nove integrantes (estudantes universitários de diversos e diferentes campos do conhecimento), que trabalharam por um período de quatro horas. Foi uma experiência de caráter laboratorial em psicologia social.

Os grupos socioeducativos do PFF/SP/SP (30 e 60 participantes ou mais), desde a nucleação e em função dos diversos momentos de trabalho, com seus diferentes focos, são do tipo grupo grande (BARÓ, 1989), formado por 20 integrantes ou mais. Segundo o autor, uma das condições para a teoria psicossocial de grupos humanos é a existência de grupos pequenos (com 10 ou menos integrantes) e grandes.

O tempo das reuniões de uma hora e meia, com periodicidade quinzenal a mensal é outro elemento. As reuniões ocorrem durante o prazo previsto para duração do Programa. São 24 meses, dos quais dois estão previstos para a implementação. Assim, tanto a questão numérica, quanto o tempo que o grupo tem de reunião no Programa, não seguem a proposição do grupo operativo.

Outro aspecto a ser esclarecido, inclusive em decorrência da especificidade dos grupos, é com relação à dimensão inconsciente proposta pelo autor. O grupo operativo é uma forma de trabalho baseada na interpretação das fantasias inconscientes. Emprega noções de transferência e outras que são requisitos e forma de ações próprias do campo da psicanálise. Não é nessa perspectiva que o trabalho socioeducativo caminha e, portanto, a noção de tarefa é diferente da proposto pelo grupo operativo.

O trabalho neste Programa privilegia uma dimensão socioeducativa. A tarefa a que se propõe é contribuir para que as famílias possam perceber-se enquanto sujeitos de direitos, com a autonomia e a cidadania como elementos norteadores do trabalho social junto a elas. Esse propósito explícito deve servir de referência para a coordenação, tanto ao acolher as questões suscitadas pelos membros, como na sua articulação com os aspectos sociais na direção dos direitos do cidadão.

Destaca-se ainda a questão do espaço. Essa noção, no caso do Programa, é considerada em uma dimensão mais ampla. Não é apenas o local em que as reuniões são realizadas. Espaço é o território no qual o grupo está inserido e as possíveis redes sociais que deverão ser aí construídas. Ele será considerado a partir da noção de território vivido, um dos conceitos fundamentais do Programa e que vai além da própria delimitação geográfica.

Outro autor cujas idéias trouxeram contribuição para a compreensão do grupo e suas questões foi o salvadorenho Ignacio Martín Baró, que se dedicou a criar uma psicologia social voltada para os povos centro-americanos.

Tomemos as idéias de Baró¹ a respeito do que ele denomina de grupo humano “como aquela estrutura de vínculos e de relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos” (BARÓ, 1989: 206).

Dessa maneira, o grupo se constitui de uma estrutura social. Cria-se uma realidade social que não é formada pela soma das partes, mas apresenta-se como uma totalidade que indica vínculos entre os membros do grupo. Estes passam a manter uma relação de interdependência que dá o caráter de estrutura e transforma as pessoas em membros do grupo.

O caráter social da estrutura grupal é formado a partir das referências mútuas e necessárias entre seus membros e/ou de suas ações. Tal estrutura social, a definir um conjunto de pessoas como um grupo, representa para o autor “um canal de necessidades e interesses em uma situação e circunstância específica [...] afirmando o caráter concreto, histórico de cada grupo”. [...] E, “o grupo canaliza tanto as necessidades pessoais, como os interesses coletivos” (BARÓ, 1989:207).

A estrutura social que caracteriza os grupos socioeducativos no PFF/SP/SP tem as particularidades específicas sociais e históricas em função do tipo de composição desses grupos. Isso equivale a dizer representantes de famílias colocados em situação de exclusão social em nossa sociedade.

Por ser local de expressão tanto das necessidades e interesses pessoais quanto coletivas, o grupo passa a se compor quando cada membro traz suas questões de forma subjetiva ou pessoal. Quando essas questões sociais passam a ser comuns ao grupo, a formação de vínculos entre seus membros fica favorecida de tal maneira que ele passa a ser uma referência para os integrantes e suas ações. As questões vividas como subjetivas e pessoais acabam compreendidas em seu verdadeiro contexto social e são grupalmente enfrentadas, não mais apenas e tão-somente como particulares, mas como sociais.

Para efeitos do PFF/SP/SP, o grupo diz respeito a uma estrutura de vínculos e de relações entre pessoas articuladas no tempo e espaço. Ela canaliza em cada circunstância indivíduos e/ou os interesses coletivos e tem uma tarefa que é sua finalidade. A tarefa diz respeito a cada membro do grupo se assenhorear da condição de cidadão — e ao grupo como um todo aumentar sua capacidade de autonomia, além de projetos e ações que possam melhorar algumas das situações vividas pelas famílias.

“[...] o grupo tem sempre uma dimensão de realidade referida a seus membros e uma dimensão, mais estrutural, referida à sociedade na qual se produz” (BARÓ, 1989: 207).

Baró traça ainda três parâmetros para a análise de um grupo: a identidade grupal, isto é, a definição do que é e o que o caracteriza frente aos demais grupos; o poder que dispõe em suas relações com outros grupos; o significado social do que produz esta atividade grupal.

¹ O texto, originalmente escrito em espanhol, foi traduzido livremente pela autora.

A identidade grupal

A identidade grupal diz respeito a quem é esse grupo e o que o caracteriza. É formada por três elementos. O primeiro é a formalização organizativa. É o grau de institucionalização ou regulação das ações de seus membros, a definição das condições de participação e permanência no grupo e as funções/atribuições exercidas pelos membros. A formação da identidade grupal, no caso do PFF/SP/SP, estará na dependência de como o grupo for trabalhado pelos técnicos e sua capacidade de manejo das situações de grupo.

O segundo elemento são as relações com outros grupos. Consiste em saber se os vínculos entre os grupos são positivos ou negativos, se colaboram ou não, se relacionam-se de maneira formal ou informal. A identidade do grupo elabora-se também em função das relações que ele estabelece com os demais grupos e os vínculos que vão se formando com estes. Nesse particular, Baró enfatiza a questão da formação da identidade. Esta se fortalece na medida em que a identidade de determinado grupo estiver enraizada historicamente e seus interesses ligados a uma determinada classe social.

O terceiro elemento é a consciência de pertencer a um grupo. Isso significa o integrante tomar o grupo como referência, aceitar o que ele é, os objetivos do grupo como seus. Consciência e identificação não são sinônimos. São fenômenos complexos, mas fundamentais para a identidade grupal. Um alto grau de consciência e um alto grau de identificação costumam produzi um alto grau de compromisso grupal.

Essas idéias articuladas à experiência com PFF/SP/SP, permitem apontar um conjunto de elementos orientadores que poderão contribuir para aperfeiçoar a condução dos grupos e intensificar a sua formação e os processos grupais.

A questão do contrato e das regras do grupo

O trabalho de grupo pressupõe um contrato estabelecido entre seus membros. Contratar significa combinar, ajustar aspectos, condições/formas de participação e fixar direitos e deveres dos envolvidos. O ajuste diz respeito às regras de funcionamento, condições de existência do grupo e de participação de seus membros. Define a periodicidade e duração da reunião e demais aspectos relacionados à atuação do grupo, que devem ser claramente enunciados e definidos.

Há aqui dois elementos a serem considerados. Existem regras definidas pelos grupos para o seu funcionamento. Mas o contrato também traz as regras definidas pelo PFF/SP/SP quanto a participação e permanência dos participantes dos grupos. Os critérios de participação do Programa e das contrapartidas pelo recebimento do auxílio monetário, justificativas de faltas, e demais aspectos dessa natureza também compõem o contrato grupal.

Não significa que, estando estabelecidos as regras e o contrato, as pessoas imediatamente passarão a cumpri-los. Pelo contrário. O contrato pode ser reformulado, refeito, mas sempre dentro da perspectiva de oferecer os parâmetros necessários para que o processo grupal ocorra no sentido esperado.

O aspecto do sigilo

Um ponto relacionado ao contrato e que tem sido objeto de dúvidas e preocupação no Programa diz respeito ao sigilo do que é relatado no grupo. Esse assunto é particularmente importante. Divulgar certas revelações feitas durante a reunião pode implicar em graves problemas de segurança para as pessoas participantes ou não do grupo. É o caso de informações a respeito de situações ou pessoas ligadas ao tráfico de drogas.

Em relação ao sigilo, há dois aspectos a considerar. Em relação ao profissional que orientado pela ética é obrigado ao sigilo das informações recebidas do usuário de seus serviços. Dessa forma, é inquestionável a necessidade de não expor a intimidade dos participantes, não importa o conteúdo do que é revelado, implique ou não em problemas de segurança. O profissional da saúde, como é o caso do profissional de Psicologia e de Serviço Social, é obrigado a manter em sigilo as informações recebidas do usuário de seus serviços.

O outro aspecto a considerar refere-se aos membros do grupo. O sigilo do que ouvem ou vêem nas reuniões não é algo que lhes soe familiar. Ao contrário: no convívio cotidiano, quanto mais inusitada ou espantosa a informação, maior a velocidade com que ela é passada adiante. Ainda que os participantes do grupo conheçam a “lei do silêncio”, muitas vezes ela é rompida, devido inclusive ao intenso sofrimento que determinados assuntos provocam na medida em que envolve a violência e suas conseqüências.

A “lei do silêncio” é uma arbitrariedade cometida pelo poder local e não tem nada a ver com a ética. Na realidade, é antiética pela arbitrariedade que é cometida e pela violência que a mantém. Ao romper a “lei do silêncio”, o participante traz para ali, além do seu intenso sofrimento, informações que podem implicar em sérios riscos à segurança das pessoas, se estas forem divulgadas para fora do espaço reservado do grupo. Por isso é importante que o grupo, e, portanto, cada participante possa assumir o sigilo das informações divulgadas.

Assim, o sigilo das informações não existe desde o início do grupo, como seria necessário. Representa uma conquista e, necessita ser trabalhado como elemento integrante do processo do grupo. É também um dos pontos fundamentais no contrato a ser firmado. Esse é um ponto delicado que precisa ser trabalhado pela coordenação e não pode ser ignorado. O sentimento de fazer parte, de pertencer ao grupo e o estabelecimento do vínculo grupal podem favorecer o nascimento de uma responsabilidade compartilhada quanto a essa questão.

Definição de papéis

Definir o que faz a coordenação e os cuidados necessários para sua condução do grupo serão os primeiros pontos a serem abordados. A coordenação é composta de dois elementos: o coordenador e o observador. Eles são tidos como fundamentais para o grupo produzir efeito. Um técnico com seu estagiário — coordenador e observador — formam a coordenação dos grupos socioeducativos no Programa.

O coordenador está encarregado de auxiliar o grupo a pensar, discutir e encaminhar a dinâmica tanto em termos das relações que aí se estabelecem, quanto em relação

ao conteúdo/temática, cuidando para que a comunicação grupal possa ocorrer da melhor forma possível. Embora não atue ativamente no grupo, o observador está atento ao que ali ocorre e intervém no momento necessário/adequado. Ambos são papéis que se complementam e deles depende o trabalho, em especial no início do processo. No Programa, esses papéis podem ser assumidos de forma intercambiável tanto pelo técnico quanto pelo estagiário, segundo um acordo prévio que ambos estabeleçam.

O papel do coordenador do grupo

Seu papel em relação ao grupo é o de facilitador do desenrolar do processo grupal. Facilitador no sentido de possibilitar que o espaço da reunião possa representar um local significativo e que o grupo se constitua como uma referência para seus membros.

A atitude fundamental adotada pelo coordenador foi — e tem sido — de compreensão e acolhimento. Isso se traduz numa conduta que supõe suspensão de julgamentos de qualquer natureza a respeito do comportamento ou das falas dos participantes. Tal atitude implica em disponibilidade, calor afetivo e, sobretudo, num convite à presença e participação do participante da reunião, de forma que ele se sinta acolhido e livre para emitir sua opinião.

Outros elementos são a disponibilidade e o calor afetivo do coordenador. Essa postura tem permitido que as pessoas fiquem gradativamente à vontade. Elas percebem que o lugar é aberto a uma participação mais livre e que suas palavras são ouvidas, respeitadas e levadas em consideração pelos demais. É quando a experiência de ouvir, trocar e compartilhar começa a acontecer. Na relação do coordenador com os demais membros do grupo existe uma diferença básica a ser considerada. Mesmo integrando o grupo ele não é igual aos demais, por sua formação, forma de inserção, finalidade de sua presença.

Reconhecer as diferenças não significa, contudo, definir uma relação vertical ou de submissão dos membros do grupo, os representantes das famílias. Aqui cabe destacar a busca de uma relação dialógica. De acordo com Paulo Freire, a educação tem a finalidade de conscientizar e a relação entre educando e educador é dialógica: o diálogo é o método para uma educação libertadora que envolve reflexão e ação face a realidade social.

Tal método deve, ainda, ser ativo e participante. Os educandos participam ativamente do processo educacional e deixam de ser meros receptáculos passivos à ação do educador. Tudo isso pressupõe uma disponibilidade por parte do educador, como diz Paulo Freire (2002:152):

“É na minha disponibilidade à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança mas é impossível também criar a segurança fora da disponibilidade.”

Tal concepção, aplicada ao trabalho nos grupos socioeducativos implica numa determinada forma de conduzir o trabalho educativo. Sem paternalismo ou autoritarismo, o coordenador vai propiciar e incentivar a participação e considerar que também os repre-

sentantes das famílias têm suas próprias formas de conhecer e experiências acumuladas que podem ser postas em comum no grupo. Vai levar em conta que muitas vezes a coordenação pode aprender, ouvindo os participantes. Se o que se pretende é o incremento da cidadania, o próprio grupo é um locus privilegiado para o seu exercício.

Ao tratar das relações subjetivas que se estabelecem no grupo, é necessário o coordenador estar atento à sua maneira de encarar as expectativas e demandas que se apresentam. Esse é um ponto que requer ser constantemente trabalhado pelo coordenador em seus acompanhamentos na formação continuada, pois o montante de problemas e sofrimentos dos participantes é muito grande.

Se não houver cuidado em relação a esse aspecto, em particular por parte dos técnicos e estagiários, o trabalho socioeducativo corre risco de se desviar da direção pretendida. Papéis como os de “salvador da humanidade”, “mãe acolhedora de todos”, “sabe tudo”, “pai rigoroso e exigente” etc. não apenas desvirtuam o trabalho mas mantêm os participantes dependentes do coordenador. Isso dificulta ou impede que o processo grupal se desenvolva e prejudica a formação dos participantes e do grupo.

O trabalho de coordenação passa por uma constante reflexão a respeito de como o coordenador tem trabalhado com as expectativas dele e dos demais, ao colocar os limites necessários para este tipo de atuação, chamando sempre os membros a participar e assumir em grupo.

Cabe destacar que o coordenador não exerce uma liderança natural. Ele foi colocado no grupo e o desenvolver-se numa liderança reconhecida e aceita dependerá de sua atuação. Portanto, como o coordenador é um líder institucionalizado, deve-se contar com a possibilidade de surgirem outras lideranças. Conforme o tema ou a situação, pode surgir uma participação mais expressiva de alguém do grupo, momentânea ou não.

Tal participação não deve ser impedida, mas incluída. A preocupação é maior quando a liderança emergente tiver uma participação que dificulte o processo grupal e prejudique, por exemplo, o prosseguimento das atividades do grupo. Um dos aspectos importantes do trabalho com o grupo é possibilitar a formação de lideranças que possam coordenar ações na direção de projetos grupais. O coordenador de grupo do Programa está ali por um tempo e uma tarefa delimitados.

É da função do coordenador considerar aspectos éticos, tais como o respeito a todos e por parte de todos os membros do grupo em termos da participação de cada um, como falar e ser ouvido, e respeito em relação às decisões tomadas. Além disso, deve haver igualdade no grupo: as regras estabelecidas no contrato, precisam valer igualmente para todos.

Outro aspecto considerável é a transparência com que o coordenador necessita tratar as questões que são de interesse do grupo. Segredos ou informações mal trabalhadas nas reuniões podem prejudicar o processo grupal, pois se arriscam a minar a confiança necessária para que o grupo possa criar seus vínculos e constituir-se enquanto tal.

Se o grupo passa por alguma situação de maior dificuldade, como os membros fal-

tarem muito ou demonstrarem estar alheios e pouco interessados nas reuniões, é preciso abrir a questão e realizar uma conversa franca. Isso permitirá uma avaliação do que acontece para realizar os encaminhamentos ou alterações necessárias no trabalho.

É sempre importante lembrar: embora a coordenação seja a responsável institucional pelo desenrolar da reunião, o grupo também tem sua responsabilidade. Nesse sentido, a coordenação não trabalha à parte, mas a partir e junto dos participantes do grupo.

As diferenças (idade, nível de escolaridade, gênero, interesse, outras experiências grupais, religião etc.) podem favorecer uma diversidade grupal. Este é um fator de grande importância a ser considerado em todo trabalho de grupo. A heterogeneidade grupal nem sempre é um elemento impeditivo. Pelo contrário, quando devidamente trabalhado permite uma maior riqueza para o grupo. O coordenador precisa estar atento e prevenir a cristalização das posições e papéis, com foco na questão da aceitação das diferenças, da tolerância necessária para a convivência coletiva, na qual todos devem ter seu lugar e possibilidades. A aceitação das diferenças (de credo, gênero, cultura, cor etc.) impõe-se como valor eticamente importante, assim como a participação, a cidadania, autonomia e o direito a ter direitos.

O papel do observador

Embora sua atuação seja menos ativa, o observador deve estar presente a fim de acompanhar o desenrolar da reunião e auxiliar o coordenador como alguém mais próximo dos participantes.

É importante que o coordenador possa recorrer à participação do observador quando sentir necessário. Em especial nos momentos de avaliação, sua contribuição é muito importante. Ele pode apontar aspectos de que coordenador ou membros não se deram conta. A sua função é ativa: acompanha e, se necessário, intervém para auxiliar o grupo a chegar ao resultado pretendido na reunião.

A comunicação na construção do grupo

Outro aspecto retomado de Pichon refere-se à questão da comunicação, verbal ou não, e sua importância para o processo grupal. É por meio dela que opiniões, idéias, valores, afetos são veiculados, permitindo que o grupo se forme. Ele deixa de ser um conjunto de pessoas para tornar-se um conjunto articulado, com um determinado tipo de relacionamento formado por um vínculo. Cria-se uma identidade grupal forte capaz de realizar ações cooperativas tendo em vista os objetivos pretendidos. Assim é essencial haver um clima cooperativo, de concentração, que possibilite o interesse pelo que está sendo discutido/realizado na reunião.

Um aspecto nem sempre muito considerado na comunicação é o elemento que ocorre durante as falas dos participantes. Expressões fisionômicas, posturas e movimentos corporais, silêncios ou excesso de verbalização dão importantes elementos em relação ao que está presente no grupo e nem sempre é explicitado: tensão, desinteresse, preocupa-

ções de diferentes naturezas. O coordenador também pode estar atento a estes aspectos. Muitas vezes eles indicam a necessidade de abrir espaço para uma reflexão grupal e assim redimensionar o assunto ou forma de condução da reunião.

Não se pode deixar de mencionar a importância do conteúdo por meio do qual a comunicação ocorre. No caso deste trabalho socioeducativo há um conteúdo sempre presente, direta ou indiretamente: os temas relativos aos direitos. Deve-se atentar para as questões ideológicas e as formas de tratá-las.

Ao mesmo tempo em que a comunicação é condição para o desenvolvimento do grupo, é através dela que podemos ter dicas a respeito do funcionamento grupal e as relações que aí se estabelecem. Assim, ela também pode ser pensada como um elemento por meio do qual seja possível trazer à tona outras questões, tais como a do poder e da autoridade no grupo.

Liderança

Os temas do poder e da autoridade são extremamente instigantes e remetem a discussões mais amplas. Porém, neste contexto, eles estão circunscritos à questão do poder em um aspecto específico do trabalho de grupo. Trata-se de como ocorre as informações circulam pelos membros do grupo e, principalmente, como as decisões vão sendo aí tomadas. Assim, enfoca-se como o grupo encaminha suas questões ou uma ação importante, como conclui uma discussão, um trabalho, como desenvolve um projeto.

O poder nesse contexto está ligado à maneira como se forma a liderança no grupo. De acordo com as formulações teóricas de Pichon, baseado, por sua vez, em Lewin, a estrutura do grupo está na dependência dos diferentes tipos de lideranças assumidos pelo coordenador.

Na liderança democrática, os encaminhamentos das questões e as decisões são tomadas através da participação dos membros do grupo e as informações são socializadas. Há regras definidas pelo conjunto e todos são chamados a respeitá-las igualmente. Dá-se um intercâmbio de informações que podem circular num contínuo processo dialógico em que o aprender e o ensinar se relacionam.

No caso da autocrática, o líder encaminha as questões. As decisões são tomadas unilateralmente, sem consulta ou participação do grupo. Sua técnica é diretiva, rígida. As informações são oferecidas de forma restrita e pouco se leva em conta as opiniões dos membros. Há regras criadas pelo líder e os membros devem cumpri-las. Não é possível a discriminação entre papel e pessoa. Essa liderança favorece a dependência dos integrantes do grupo.

Na fórmula do *laissez-faire*, não há tomada de decisões, ou isso é feito de forma aleatória. As discussões não são levadas a cabo e não se efetivam encaminhamentos ou ações. Não há regras claras de participação ou elas existem e não são cumpridas. Delega-se ao grupo a sua própria auto-estruturação.

Esses tipos de liderança podem se apresentar de forma cristalizada e estereoti-

pada, nada favorável ao desenvolvimento dos processos grupais. Numa mesma reunião o coordenador pode necessitar assumir o papel em diferentes formas, em função das necessidades percebidas por ele.

A liderança democrática é a que melhor se ajusta ao espírito do PFF/SP/SP. O grande desafio, é que os grupos possam caminhar com independência, sem a presença do coordenador do Programa. Afinal, espera-se que os participantes encontrem novas formas de participação social e/ou política no bairro ou na região. Atingir esse objetivo pode ser o desaguadouro daquilo que as pessoas foram capazes de desenvolver no tempo em que estiveram ligadas ao PFF/SP/SP: autonomia e cidadania.

Um aspecto fundamental diz respeito ao surgimento de lideranças no grupo, ou, como diria Montero (2002), liderança comunitária.²

A liderança, compreendida como um papel, pode ser assumida por um participante do grupo. Muitas vezes, em uma determinada situação ou assunto, alguém do grupo pode adotar tal papel: naquele momento, ele tem as melhores condições para fazê-lo. Isso em nada depõe contra o coordenador, cuja tarefa específica é contribuir para o desenvolvimento dos membros do grupo e do grupo como um todo. A flexibilidade de sua atuação, sem perder de vista a finalidade da mesma, é a proposta de uma relação dialógica, onde o aprender/ensinar ocorrem nessa relação onde os papéis são intercambiáveis.

Bem trabalhado, o grupo pode desenvolver uma boa consciência do que Baró chama de é a faceta interna da identidade grupal. Sua faceta externa diz respeito ao relacionamento mantido com os outros grupos.

As relações com outros grupos

As relações com outros grupos devem ser consideradas, pois no decorrer do trabalho socioeducativo haverá um segundo momento em que grupos (de 30 participantes) serão reunidos em novos grupos. Assim, atividades coletivas que possam permitir o contato entre eles, mesmo no início do trabalho, vão favorecer a formação do novo grupo. O momento da socialização do território, a ser realizado nos décimo-quarto e vigésimo-quarto meses de trabalho com as famílias podem também favorecer a formação da identidade grupal dos grupos socioeducativos.

A consciência do pertencimento a um grupo

Essa consciência, ou seja, o sujeito tomar o grupo como referência para a sua própria identidade ou vida, vai sendo formada na medida da possibilidade da participação dos representantes de famílias dos grupos socioeducativos. Para isso, é preciso que esses representantes encontrem no grupo um alto grau de identificação pelas questões e formas de condução dos trabalhos e, ainda, o encontro com os seus objetivos

² Para obter mais elementos a este respeito, consultar "El liderazgo comunitario". In: MONTERO, M. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria — la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

Ainda dentro da perspectiva de grupo de Baró, é necessário comentar a respeito do poder grupal face aos demais grupos. O poder não é algo que se detém, mas é construído por meio de um exercício. Implica analisar as relações sociais de um grupo diante dos demais grupos e da sociedade. O grau de poder de um grupo (ou de uma parte da população) também ocorre em função dos recursos de que dispõe, sejam eles materiais, culturais e pessoais. Quanto maiores forem seus recursos, provavelmente maior será o seu poder.

No caso dos grupos do PFF/SP/SP, o conjunto das famílias está colocado em um patamar socioeconômico de exclusão social, o que lhe confere pouco poder em relação à sociedade e poderes constituídos. Mesmo com relação a certos poderes paralelos formados localmente, os grupos têm muito pouco ou quase nenhum poder, na maioria dos casos. A vulnerabilidade que os caracteriza advém de estarem colocados nessa condição adversa, sob todos os pontos de vista.

O trabalho social do PFF/SP/SP pode contribuir no aumento de recursos, grupais ou pessoais, para que eles possam enfrentar tamanha situação de desigualdade. A articulação com grupos organizados locais e movimentos, ou a criação de redes sociais de proteção ou de serviços podem colaborar para melhorar suas possibilidades de vida.

A atividade grupal

A existência e a própria sobrevivência de um grupo humano, segundo Baró, estão na dependência de quão significativa possa ser a atividade ou ação desenvolvida. A importância de uma atividade ou ação de um grupo tem uma dupla dimensão, interna e externa, frente aos outros grupos e a sociedade.

A interna diz respeito à importância da atividade para os próprios membros do grupo. A ação deste é importante na medida em que consiga realizar os objetivos relacionados com as aspirações individuais ou comuns.

Aqui reside o maior desafio do trabalho socioeducativo: tornar o grupo e as ações significativos quando, de imediato, a sua presença é apenas uma contrapartida do recebimento do benefício monetário. A experiência do PFF/SP/SP mostrou que é possível os representantes do grupo deixarem de vir apenas pela obrigação da contrapartida, mas encontram nas reuniões socioeducativas elementos que os motivem a participar de suas reuniões, conforme tivemos oportunidade de constatar em inúmeros depoimentos.

Para concluir, podemos dizer que o trabalho socioeducativo com os grupos poderá desenvolver-se no sentido desejado com maior rapidez e maior amplitude na medida do preparo dos coordenadores.

A reunião dos grupos socioeducativos

Um dos requisitos para o bom desempenho diz respeito à importância do preparo dos encontros dos grupos. Isso é ainda mais necessário quando a proposta consiste em

que o processo grupal seja considerado com diferentes focos de trabalho, como acontece na metodologia de trabalho social com a família. Ao contrário daqueles com finalidade psicoterapêutica, no grupo socioeducativo há sempre um foco a ser considerado, um resultado a ser atingido naquele encontro, naquela reunião ou ao longo das reuniões. A direção para as atividades educativas já está definida e deve orientar todo o trabalho: autonomia e cidadania.

A finalidade de formação do grupo é de aprendizagem, no sentido educativo. Do ponto de vista das questões especificamente psicológicas e subjetivas, ela aponta para a promoção da saúde, na linha do que Bleger (1991: 106) formula, entendendo-se como

“saúde não só a ausência da doença, mas um aproveitamento mais eficiente de todos os recursos com que conta cada grupo para mobilizar sua própria atividade na procura de melhores condições de vida, tanto no campo material como no cultural, no social e no psicológico.”

A perspectiva do trabalho com os grupos é a promoção da saúde. Isso equivale a dizer: trabalhar para o desenvolvimento dos participantes a partir de suas capacidades, atitudes, compreensão de sua situação face a questões sociais. E também, dos vínculos e das relações sociais que se estabelecem no grupo socioeducativo, sem pretender fazer psicoterapia, com finalidade curativa.

Quando se identifica essa necessidade manifestada por algum membro do grupo, ou de algum familiar, procura-se realizar encaminhamentos, embora nem sempre fáceis de se obter, para os equipamentos de saúde que possam realizar esse atendimento.

Portanto, do ponto de vista dos aspectos subjetivos dos participantes, o trabalho de grupo caminha na direção de possibilitar acolher e compreender as dificuldades e o sofrimento experimentados pela família devido a violação dos seus direitos em diferentes níveis (familiares, sociais, culturais etc.). Num segundo momento, busca-se a ampliação das questões vividas subjetivamente para uma reflexão que permita ao participante e aos demais membros do grupo encontrar novos significados para a situação vivida, contextualizando-a dentro de uma dimensão mais ampla social, política, cultural. Simultaneamente, cada membro encontra no grupo uma referência afetivo-emocional para suas questões e sofrimentos subjacentes, a partir do momento em que sentimentos de pertencimento e filiação desenvolvem-se como também a identidade grupal.

No aspecto relativo aos direitos, não basta apenas discutir e desenvolver um conjunto de informações a respeito. As discussões devem possibilitar um avanço. As famílias, além de conhecerem os serviços e bens disponíveis em seu território, devem ser capazes de ensejar ações para efetivar seus direitos junto aos poderes públicos constituídos.

Os participantes trazem as demandas, mas a forma como estas serão tratadas no grupo e relacionadas ao tema em questão (os direitos sociais) é da responsabilidade da coordenação. Assim, as reuniões precisam ser planejadas. A improvisação pode trazer situações desfavoráveis para o processo grupal e o desenvolvimento educativo.

Ferramenta de registro

As reuniões podem ser consideradas como um processo com três momentos temporais: início, desenvolvimento e fechamento ou término. É fundamental que as reuniões levem em conta o trabalho necessário de acompanhamento e avaliação do Programa, a ser sempre realizado dados os objetivos e extensão do mesmo.

Assim, é fundamental que a ferramenta de registro das reuniões socioeducativas seja um efetivo instrumento para acompanhar, planejar e avaliar a reunião e o projeto, oferecendo importantes subsídios para tomada de decisão em diferentes níveis do Programa

Muito tempo poderá ser poupado se a ferramenta for utilizada com a finalidade para a qual foi criada: registro da reunião socioeducativa. É nessa ferramenta que se registra o plano da reunião a ser realizada. Após o seu término, acrescenta-se o registro dos aspectos relacionados à execução do plano. Através dos dados que tal ferramenta disponibiliza que a formação continuada poderá ocorrer, com melhores resultados e benefícios para os técnicos envolvidos e, conseqüentemente, para o trabalho a se efetivar com os grupos.

É importante destacar que o documento *O registro da reunião socioeducativa* apresenta uma visão geral a respeito da ferramenta, bem como traz importantes orientações em relação ao uso e aspectos que a compõem.

Conclusão

Para iniciar uma reunião, algumas atividades podem ser desenvolvidas: dar os informes (quando houver), relacionar aspectos desta reunião com a anterior, aplicar alguma técnica de aquecimento etc.

As reuniões requerem bom manejo da situação de grupo e do conteúdo informacional que muitas vezes necessita ser apresentado para os participantes. É por essas razões que a coordenação precisa estar muito bem articulada para, com os demais membros do grupo, ir definindo aspectos importantes para uma reunião e que requerem preparação prévia, um planejamento, de onde deriva um plano da reunião.

Pode-se pensar da seguinte forma: muitas vezes a demanda é individual. Uma pessoa apresenta seu problema e conforme ele é trabalhado pela coordenação, pode se tornar uma demanda coletiva e até ensinar ações propostas pelo grupo. Cabe ao coordenador apresentar “o alimento” necessário para que o trabalho ocorra. Este é um ponto a esclarecer: o coordenador acolhe a demanda, mas o prosseguimento também depende de suas propostas, sugestões ou do incentivo oferecido para que os membros busquem idéias, alternativas. Quando há aspectos informacionais no trabalho do grupo, muitas vezes o coordenador pode ser chamado a uma contribuição maior. Mesmo aqui, muitas vezes, jornais, pesquisas e outros materiais podem suprir as notícias.

À medida que o grupo se constitui e fortalece, menos necessitará da participação/presença do coordenador. Ele pode ser substituído por lideranças surgidas no grupo.

Essa é uma transformação possível e desejável, considerada em direção à nossa utopia social — ainda que, não se saiba exatamente como se dará no âmbito dessa experiência nova de atendimento a um contingente tão grande de famílias.

A escolha das técnicas deve ser estar diretamente relacionada a uma pergunta: qual o seu objetivo? Elas sempre serão escolhidas em função do resultado pretendido e não apenas para preencher algum vazio na situação de grupo. Elas são um instrumento, um meio. Um exemplo disso é que não basta definir que ocorrerá uma discussão. Ela é um meio que deve apontar uma finalidade: uma discussão para informar? Para sensibilizar? Para levar as mulheres a fazerem exames de saúde? Aqui está outro aspecto importante: definir o resultado pretendido para depois planejar a reunião.

Além do planejamento das reuniões é essencial para a coordenação ter momentos de avaliação. Isso proporciona o *feedback* necessário para a continuidade das reuniões. Ao final delas é sempre importante fazer uma avaliação para verificar propostas e sua continuidade, os resultados pretendidos lançando as bases do plano para a próxima reunião.

Outra questão importante é a articulação necessária com outros setores/serviços ou grupos da região. Isso também requer um planejamento mínimo, no qual se acham envolvidos outros profissionais.

O trabalho socioeducativo precisa permitir que os membros se apropriem de suas questões de forma a criar projetos. É um feitiço articulado e organizado de ação. A extensão e profundidade do projeto está na relação direta com a capacidade dos participantes do grupo. É o projeto que possibilita o nexo entre o presente, a situação atual e um lançamento para o futuro, para possibilitar a transformação necessária da situação que se quer mudar ou dos envolvidos.

Referências bibliográficas

- BLEGER, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BARÓ, Ignacio Martin. *Psicologia social desde Centroamérica (II)*. San Salvador (El Salvador): UCA Editores, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MASSINI, Marina. "Matrizes de pensamento em psicologia social: história e perspectivas". In: CAMPOS, Regina H. de F.; GUARESCHI, Pedrinho (orgs.). *Paradigmas em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MONTERO, Maritza. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria — la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- RIVIERE, Enrique P. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Texto **12**

O registro da reunião socioeducativa

Chica Hatakeyama Guimarães

Edna Peters Kahhale

Marta Campos

Marília Pardini

Luzia Baierl

Patrícia Mortara

Osmar Cavalcante

Carlos Roberto Castro e Silva

Introdução

Vale a pena uma palavra de esclarecimento sobre as razões da escolha de se explicitar a relação entre monitoramento e metodologia¹ com base nas reuniões socioeducativas e na ferramenta² para seu registro.

¹ A análise aqui apresentada é resultado do trabalho desenvolvido no Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP do município de São Paulo, no período de agosto de 2002 a novembro de 2003. O PFF é um programa vinculado ao Renda Cidadã, de iniciativa da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo — Seades, e operado no município de São Paulo pela Secretaria da Assistência Social — SAS, mediante convênio com a Pontifícia Universidade Católica — PUC-SP (incluindo parceria com outras duas universidades, a Universidade Cruzeiro do Sul — UNICSUL e a Universidade Santo Amaro — UNISA).

² Há vários instrumentos/ferramentas de monitoramento para acompanhar os grupos: Lista de presença; Ficha do técnico-gerente; Ficha do estagiário; Ficha do grupo socioeducativo; Relatório da região; Relatório da microrregião; Quadro-resumo de famílias em trabalho socioeducativo; Modelo para justificativa de não participação em reuniões socioeducativas (Equipe de monitoramento, 2003).

Um diferencial de programas de transferência de renda com atividades socioeducativas são as reuniões com os representantes das famílias beneficiadas. A reunião é um dos elementos fundamentais para viabilizar e avaliar o programa. É um dos espaços de reflexão e construção de alternativas para enfrentar as condições de vida em situação de exclusão social. Seu registro permite avaliar, repropor ou mesmo redimensionar tanto a própria reunião como as diretrizes do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP.

A maneira de registrar, planejar e executar as reuniões expressa as concepções que sustentam o projeto. É um elemento rico para nortear e subsidiar a construção do trabalho com a população. A apreensão e consciência dessas concepções é que torna possível avançar no processo.

O programa envolve um trabalho de articulação com o território, desenvolvido primordialmente pelas gerências, que não está contemplado diretamente na reunião socioeducativa e, por conseguinte, na ferramenta de registro da mesma³. Não se considera menos relevante essa articulação territorial: é um dos suportes e subsídios para que as reuniões em grupo ocorram. Assim, ela deverá ser contemplado em outro instrumental.

No entanto, as concepções e as diretrizes que norteiam o programa expressam-se em todas as práticas. Por tal razão, ao optar pela sistematização com base nas reuniões em grupo reforça-se esse espaço privilegiado e distinto deste tipo de programa de transferência de renda.

A forma de registrar é uma ferramenta que expressa a concepção de realidade e de metodologia assumida por quem a propõe. De nada adiantam propostas avançadas em termos da concepção do sujeito de estudo e/ou de intervenção sem elaborar uma ferramenta para registro do trabalho capaz de apreender esta concepção “avançada”.

Explicitar as concepções assumidas e construídas ao longo do desenvolvimento do PFF/SP/SP por meio da ferramenta de registro da sua atividade fundamental é uma maneira de avaliar se ela é coerente com as diretrizes e objetivos gerais do programa. Também é uma forma de expressar a concepção metodológica assumida com a articulação entre teoria e prática, entre qualidade e quantidade; formação continuada; trabalho interdisciplinar; trabalho com grupos socioeducativos; trabalho com família (grupo familiar e representante da família); territorialidade; autonomia e cidadania; subjetividade e transformação social.

Ao contemplar a assistência a um grande contingente de famílias, é preciso ter uma forma organizada e sistemática de acompanhamento. Esta precisa buscar unidade e coerência do conjunto do trabalho, respeitando as flexibilizações necessárias.

Monitoramento e avaliação

A ferramenta de registro das reuniões socioeducativas foi elaborada a partir de uma versão anterior criada para monitorar programas semelhantes pela equipe de Monitoramento — IEE/PUC-SP, que se encontra no site www.sigs.com.br⁴. Nele se acham também

³ É necessária a construção de uma ferramenta de registro das atividades gerenciais em campo.

⁴ Sistema Informacional de Gestão Social (SIGS) é um programa de informática para auxiliar na gestão e avaliação de programas sociais. Para mais informações, ver texto sobre monitoramento de programas sociais.

as demais ferramentas propostas para monitorar e acompanhar programas desse tipo. A nova ferramenta está parcialmente informatizada, numa versão preliminar sob o título *Registro de reunião socioeducativa, modelo novo*.

O texto inclui as idéias formuladas por ocasião da criação dessa nova ferramenta, a fim de que o leitor possa acompanhar o processo de construção. Começa com a apresentação geral relativa ao monitoramento e avaliação, pela equipe responsável⁵, analisando o que já estava estabelecido. A importância da atenção a este cadastro de reunião tem dois claros motivos: seu grande potencial de documentação de um momento central do trabalho e o maior risco de perda de dados na medida em que as reuniões já realizadas são registradas em documentos não padronizados.

Trata-se, portanto, de instrumento privilegiado de acompanhamento da formulação e implementação da metodologia de trabalho e da avaliação geral do Programa.

Para não ficar apenas nos limites das bases teóricas e para agilizar a discussão e implantação do instrumento, é necessário avançar na definição da forma que ele deverá assumir, com acréscimo ao modelo inicialmente previsto de itens que evidenciem as novas exigências.

Tomou-se como bases para sugestões, entre outros elementos já constantes, a própria conceituação do monitoramento e avaliação proposta⁶: processo contínuo e permanente a subsidiar a tomada de decisões nos vários níveis de gestão do Programa. Inclui aprendizado e consciência coletivos internos ao pessoal envolvido, de forma a ampliar a transparência e a possibilidade de construção coletiva.

Propostas decorrentes

Concepção existente no Sistema Informacional de Gestão Social (SIGS)

Grande parte das proposições anexadas ao modelo em discussão estão relacionadas à eficácia de subsidiar a tomada de decisões nos vários níveis de gestão do Programa e incluir o aprendizado e consciência coletivos internos ao pessoal com suas naturais consequências sobre ampliar a transparência e a possibilidade de construção coletiva da concepção de monitoramento.

Desse ponto de vista, introduziu-se a exigência de registro regular e explícito, feito com qualidade, de alguns dados que são indícios de certas dificuldades para o desenvolvimento do trabalho, de acordo com experiência de acompanhamento do início da implementação do Programa nas áreas da cidade.

Enquadram-se aí a exigência de participação dos titulares representantes das famílias, que são, no entanto, esporadicamente substituídos por outras pessoas, e a qualidade e instabilidade dos locais de reuniões, além de questões relacionadas à presença dos coordenadores do grupo.

⁵ A Equipe do Monitoramento era composta nessa época por Mariangela Belfiore Wanderley, Carola Carbajal, Dirce Koga, Frederico Ramos e Vergílio Alfredo dos Santos.

⁶ Conforme explicitado no quadro "Conceituação do monitoramento" [IEE/PUC-SP, 2003].

Há freqüentes dificuldades, compreensíveis no contexto do cotidiano da população, em relação à presença. Isso deixa entrever a realidade da categoria dos “representantes dos representantes”⁷.

Trata-se de permitir ao sistema captar para todo o conjunto do Programa questões reais de operação que já afetam mesmo algumas normas estabelecidas.

Vale lembrar que o PFF/SP/SP desenvolve-se a partir da transferência de renda ao grupo familiar, constituída em âmbito nacional nos chamados programas de renda mínima. A avaliação do seu desenrolar, feita a partir do convênio SAS – PUC-SP, se insere no conjunto do referencial de análise das relações entre política social e família. Estas podem beneficiar-se dele e contribuir para o seu desenvolvimento.

Nessa ótica, foram feitos acréscimos na parte relativa às informações iniciais, além das previstas, sobre a reunião, como consta no quadro a seguir.

Quadro 1

Condições efetivas de realização da reunião

• Motivo da não ocorrência da reunião:

• Horário previsto: Horário real:

• Presença de representantes dos titulares:

• Motivos de ausência dos titulares:

• Justificativa oral da ausência do titular:

• Justificativa documental da ausência:

Outra inclusão refere-se a maior precisão e personalização dos participantes das reuniões individualmente e como grupo. É importante registrar com quem se fala nos grupos: a população diretamente atingida pelas reuniões não são famílias, mas seus “titulares” conforme concepção expressa nas próprias normas do PFF/SP/SP com prioridade para a mulher tomada enquanto chefe.

O membro da família é constituído como representante do grupo familiar pela titularidade do cartão do Programa Renda Cidadã. Trabalha-se com eles e não com a família propriamente dita.

Da mesma forma, interessa fazer constar uma “personalização” dos coordenadores do grupo denominados no modelo inicial pelo termo genérico “gestor”, registrados por sua qualificação profissional. Nisso se inclui o tipo de dupla, entre psicólogos e assistentes sociais nas modalidades de técnicos e estagiários, traço específico definido para este Programa.

Nesse sentido, foram introduzidas as modificações no quadro a seguir.

⁷ Vide justificativa sobre este ponto no texto de GUIMARÃES e col. (2003) *Metodologia de trabalho socioeducativo com famílias*, principalmente no item Adesão ao Programa.

Quadro 2

Identificação da reunião

• Área regional:	
• Nome do grupo:	<i>[conforme autoproposto]</i>
• Reunião número:	<i>[número de seqüência das reuniões do grupo]</i>
• Coordenação da reunião:	
• Técnico:	
• Estagiário:	
• Famílias representadas:	
• Famílias não representadas:	

A reunião não costuma acontecer num espaço protegido, restrito entre coordenadores e membros do grupo, mas num clima de muita participação. Ela tem sido considerada como uma oportunidade social, das raras existentes no bairro. A presença — a ser aceita ou recusada — de vizinhos, parentes, que querem gozar daquele momento, sem mesmo estarem inscritos no Programa, de crianças, ou mesmo lideranças locais com vários interesses, deve ser registrada no sentido da consciência de várias situações sociais importantes na vida das famílias. Elas sugerem a necessidade de atenção para outros espaços de participação do trabalho social. Dentro das premissas metodológicas, oferecem elementos para ampliação da inserção do Programa na convivência local.

Além dos dois grandes grupos presentes à reunião — coordenadores e representantes das famílias — acrescenta-se este último, para cujo registro está destinado um espaço introduzido no modelo:

- | |
|-------------------------------------|
| • Outras presenças (especificadas): |
|-------------------------------------|

A questão do planejamento

O grupo de representantes apresenta-se como a forma básica de comunicação e atendimento às famílias. Os titulares devem ter freqüência obrigatória. Dentro dessa condição, o trabalho de grupo é fundamentado na concepção de sua potencialidade como facilitador das construções sociais, como unidade da vida social das pessoas, espaço de encontro, de troca, de afeto e de construções coletivas internas e fora dele. Ele pode se constituir, ao lado do próprio grupo familiar, como uma das unidades básicas de socialização e de constituição do sujeito e de sua subjetividade.

O monitoramento e a avaliação do trabalho de grupo se fazem especialmente pela forma de registrar os diversos momentos da reunião (Plano, Execução e Avaliação) permitindo acompanhar e supervisionar o trabalho técnico e o desenvolvimento do grupo.

A constituição do sujeito e do grupo na direção pretendida não ocorrerá de forma espontânea. Os encontros das famílias e o desenrolar do processo grupal requerem um trabalho planejado e previamente preparado, ainda que conte com a devida flexibilidade que o caracteriza. O conteúdo e o planejado têm como função criar melhores condições para fazer o grupo avançar em suas questões.

Planejar o trabalho⁸ significa previsão e possibilidade de dar continuidade ao processo grupal de forma mais organizada e eficiente. O trabalho requer, além do planejamento, o devido acompanhamento das reuniões por parte dos técnicos. Como também este trabalho realizado no grupo socioeducativo poder contar com pontos de apoio como os oferecidos por uma adequada e necessária formação continuada⁹. A proposta da ferramenta de registro permitirá que se visualize o conjunto do que é realizado nos vários grupos, distribuídos pelas diferentes regiões. Mais: permitirá ao profissional acompanhar seu próprio trabalho, avaliando-o e alterando o planejamento.

Sobre a realização das reuniões, registra-se o desempenho quanto a vários aspectos:

- Quanto a seu plano, este possui duas dimensões: resultados pretendidos e estratégias para chegar lá.
- Quanto à sua execução, ou seja, seu desenvolvimento, compreendendo documentação.
- Quanto ao realizado: enquanto atenção à fase inicial, de acolhida do grupo: o início; seu desenrolar posterior: desenvolvimento; seu fechamento.

A cidadania no acompanhamento e avaliação de resultados

Considerando que a autonomia¹⁰ apresenta um foco no indivíduo, podendo, ou não, levar ao coletivo, há necessidade de incorporar uma segunda base para a construção de indicadores de avaliação do Programa, se quisermos desenvolver adequadamente uma concepção metodológica que não restrinja o trabalho com as famílias a uma ação de contato direto com os grupos de seus representantes, tratando-os no âmbito de suas relações internas.

Considera-se fundamental desenvolver a autonomia dos representantes e seus familiares, em especial no sentido de favorecer melhores condições de vida familiar, em particular as que dizem respeito a cuidados e educação das crianças/adolescentes. Reconhece-se, porém, que essa autonomia é relativa. Existem quanto a ela graus muito diferentes que alguém poderá atingir. Equivale a dizer: exercício mais pleno da autonomia pessoal está condicionado socialmente e solicita mudanças da sociedade inclusiva, ainda mais no caso das famílias que se deseja fortalecer no Programa.

⁸ Consultar o texto "O grupo em reunião socioeducativa", de Chica H. Guimarães (2003).

⁹ Material de apoio: "Formação continuada", de Patrícia Mortara e Marília Pardini (2003).

¹⁰ "Uma pessoa autônoma é um indivíduo capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações" (IEE, 2003: 17).

Daí decorre o procedimento metodológico de associar, conforme demandas e necessidades expressas no grupo, uma participação social mais ampla. Esta tem, entre outros, o sentido de levar à implementação e aperfeiçoamento do atendimento público nos serviços, programas e políticas, tanto estritamente sociais como relativos a aspectos fundamentais da vida, como emprego e segurança pública.

A dimensão da cidadania, que nos indica uma participação ativa nos rumos da sociedade, não está dissociada do que acontece na família pelo aumento da capacidade de autonomia de seu representante no grupo socioeducativo. A autonomia é uma condição fundamental para a família ter seus direitos respeitados e efetivados. Mas é insuficiente, pois as condições para a efetivação de tais direitos estão muito longe de serem as ideais para a parcela da população atendida pelo Programa.

Nessa perspectiva, a incorporação do conceito de cidadania contempla a possibilidade de uma avaliação e monitoramento mais amplos do Programa. Isso inclui o exercício e o desenvolvimento do binômio autonomia — cidadania, articulados indissolúvelmente.

“(Cidadania) é aqui considerada como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade do morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade (...). Esta dignidade supõe não só o usufruto de um padrão básico de vida, como a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva” (SPOSATI, 2000: 4)

Assegura-se dessa forma como princípio metodológico o objetivo de trabalhar sempre com a face interna e externa das questões que afetam as famílias. O desenvolvimento do sujeito de direitos é o centro das reuniões socioeducativas. E ultrapassa os limites da reunião através de atividades coletivas no território, na região e na cidade.

Para alimentar o monitoramento da evolução da aplicação do duplo aspecto autonomia—cidadania, foi estabelecido o registro obrigatório de alguns temas relacionados, conforme surjam na reunião.

Quadro 3

Questões trabalhadas no desenvolvimento da reunião¹¹

[quando houverem surgido no grupo]

<i>Temas gerais</i>	<i>Assuntos específicos</i>
• Programa Fortalecendo a Família	
• Relacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Família: parentalidade e conjugalidade • Grupo • Região: vizinhança, associações, ONGs em geral, movimentos sociais, entidades religiosas • Trabalho: patrão, companheiros, sindicatos • Outros

¹¹ Antes campo aberto, com orientação de preenchimento mais genérica.

<i>Temas gerais</i>	<i>Assuntos específicos</i>
• Direito à saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de atenção • Acesso ao serviço • Gestão dos serviços • Aspectos qualitativos
• Direito à assistência social	
• Direitos civis e políticos	
• Direito à segurança	
• Direito à educação	
• Direito à previdência e ao trabalho	
• Direito ao lazer, esporte e cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Tipos de atividades • Locais onde se realizam
• Direito à habitação	
• Outras questões (espaço aberto; se surgirem, agrupá-las por assunto, se possível)	

A ferramenta deve propiciar acesso ao conteúdo da reunião, trazer para a análise não só os temas mais relevantes para a população envolvida, mas refletir as características específicas nas regiões periféricas, as particularidades de cada assunto. A escolha do temário constante no registro, e especialmente seu detalhamento, espelha o que surgiu nos grupos. São acrescentados alguns itens fundamentais para acompanhamento do trabalho de construção da cidadania, mas que nem sempre se destacam no cotidiano das reuniões. Os temas tratados nos grupos estão organizados em forma de conteúdos relacionados ao Programa, à situação da família e aos direitos sociais, civis e políticos que cada discussão em particular suscita. O debate sob a ótica de direitos deve articular a autonomia — cidadania como norteadoras do trabalho.

A questão da execução ou desenvolvimento da reunião

O quesito relativo ao desenvolvimento explicita temas/questões trabalhadas, como já foi visto, e perspectivas da discussão e do encaminhamento das questões trabalhadas.

Sobre cada um dos temas serão registrados em relação a que, ou quem, as preocupações/queixas relativas a cada uma dos temas estão voltadas para onde se direcionam as ações propostas e/ou efetivadas a respeito delas.

As informações aí registradas indicam se houve queixas e preocupações dos integrantes do grupo, dentro de cada tema. Tornam visível, também, se a discussão levou a proposições e ações.

Se no campo relativo a temas/questões trabalhadas, o registro contempla o que foi objeto da reunião — diz respeito apenas ao conteúdo abordado —, no campo das perspectivas da discussão e do encaminhamento das questões trabalhadas estão as informações sobre como foi discutido — o sentido com que foi abordado e para onde se dirigiu o encaminhamento dado na reunião.

A ferramenta será concebida de forma a vincular os dois campos. A cada questão trabalhada deverá ser feita a explicitação quanto a que ou a quem se refere essa questão e o encaminhamento dado. Isto se concretizará num sistema de “árvore”.

Com esta direção, o instrumento, além de propiciar o registro permite um processo de formação continuada na construção da Metodologia de trabalho. E propicia a identificação do processo de constituição dos grupos dentro da própria reunião e ao longo do tempo. Como concebido metodologicamente, trata-se de captar e trabalhar o processo de passagem do individual ao coletivo, enquanto qualidade e movimento do grupo. O interesse é acompanhar e promover, mediante as reuniões socioeducativas do grupo, o salto da necessidade para os direitos. O instrumento leva, ainda, à visão cumulativa dos temas que já apareceram nos grupos de famílias com um significado preciso para elas. São questões que poderão ser inseridas de forma mais ampla para definir e obter os saltos qualitativos pretendidos com o Programa.

Seguem-se: o fechamento da reunião: avaliação e propostas (tópico que completa o registro da reunião. E ainda: campos para resumo analítico da reunião, feito pela dupla de coordenadores. São acompanhado dos encaminhamentos: análise (resultados atingidos, eficácia das estratégias contempladas, participação das pessoas no grupo, com apreciação geral da dupla de coordenadores) e providências a serem tomadas.

É apresentado a seguir um resumo de todos os aspectos que compõem a ferramenta de registro das reuniões socioeducativas.

Quadro 4

Estrutura do registro da reunião socioeducativa

I. Dados de identificação

• Regional:	
• Reunião nº	
• Nome do grupo:	
• Data prevista:	• Horário previsto:
• Ocorrência da reunião: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	• Se não, qual o motivo:
• Data real:	• Horário real:
• Local da reunião:	
• Endereço	

II. Participantes da reunião

- Coordenação da reunião:

- Técnico:

- Estagiário:

- Número de famílias representadas:

- Número de titulares presentes:

- Número de representantes dos titulares:

- Motivos de ausência do(s) titular(es):

- Justificativa oral do representante do(s) titular(es): ☐ Sim ☐ Não

- Justificativa documental da ausência: ☐ Sim ☐ Não

- Número de famílias não representadas:

- Outras presenças:

II. Reunião

1. Plano:

- Resultados pretendidos:

- Estratégias de ação:

2. Execução do plano:

A. Início

B. Desenvolvimento

a. Questões trabalhadas (lista de dez itens com seus desmembramentos):

Programa Fortalecendo a Família; saúde; direitos; violência; educação; trabalho; lazer, esportes e cultura; habitação; formas de participação social e política:

b. Perspectivas da discussão e do encaminhamento das questões trabalhadas:

- Queixas e preocupações voltadas para:

- Ações direcionadas para:

C. Fechamento

a. Avaliação do encontro com o grupo:

b. Propostas para a próxima reunião feitas pelo grupo:

IV. Análise da reunião

1. Resultados atingidos:

2. Participação das pessoas

V. Providências a serem tomadas

Caráter pedagógico permanente do SIGS

O caráter pedagógico permanente do SIGS é importante especialmente com relação aos coordenadores dos grupos e também ao conjunto do Programa. Esta perspectiva, presente como elemento preconizado para os procedimentos de avaliação da implementação da política social, assume um valor máximo no caso do PFF/SP/SP.

Está em desenvolvimento a elaboração de uma metodologia de trabalho com família, num contexto inédito, de caráter público e de grandes dimensões, o que supõe sobretudo consciência, da parte dos operadores do Programa, em relação a sua própria intervenção e ao alcance e limites dela. Exige, também, um acompanhamento constante de informações importantes para introdução de mudanças no curso do trabalho.

A linha seguida na proposta de mudanças do modelo anterior de registro da reunião socioeducativa se caracteriza, assim, pelo detalhamento das informações que serão introduzidas pelos coordenadores de grupo, direcionando didaticamente sua atenção para os objetivos e procedimentos estabelecidos para o trabalho de grupo.

Esta solicitação, ainda que pareça deixar o registro complexo, tornará mais compreensível a necessidade de se fornecer e operar determinadas informações, à medida que ao longo do tempo, o próprio sistema de registro tende a normalizar para todos o trabalho de grupo.

Esta compreensão pode fazer decrescer o “burocratismo” no preenchimento dos formulários. Eliminará o excesso de particularismos no relato do desenvolvimento da reunião, não só cansativos para quem os faz, mas de leitura e aproveitamento inviáveis, dadas as dimensões do Programa.

Necessidade de gerar informações

O sistema de monitoramento e avaliação precisa gerar de forma sistemática informações que sirvam à produção de conhecimentos de apropriação a médio e longo prazos sobre a natureza do Programa, como os alcançados mediante pesquisa estruturada.

Tal preocupação sustenta-se tanto nas características específicas das universidades envolvidas como organização quanto nas do Programa.

No caso da PUC-SP, a adesão a esse tipo de convênio inspira-se não só na importância que a instituição dá tradicionalmente ao trabalho de extensão — em que a prática de projetos e programas sociais é subsidiada, com participação de alunos e professores —, mas em suas tarefas primordiais de ensino e pesquisa.

A proposta de trabalho que se apresenta inovadora dentro da já mencionada situação original do Programa no contexto público, exige o desenvolvimento articulado de pesquisas auxiliares.

Desse aspecto deriva o acréscimo de um item à conceituação do monitoramento e avaliação: possibilitar a formação de um banco de dados à disposição para pesquisas estreitamente relacionadas à metodologia do trabalho com famílias, dentro das condições do Programa, no contexto da política social em implantação e da realidade da situação das famílias com é feito este trabalho.

Recomendações para implantação

A introdução do registro da reunião socioeducativa deve ser marcada por uma atividade de formação conduzida de forma conjunta pelas equipes de metodologia e monitoramento, que não só capacite a dupla coordenadora para fazer entrar seus dados no SIGS, mas desperte o debate acerca da relevância teórico-metodológica desse registro, incorporando-se as mudanças necessárias.

Ainda no sentido de garantir a implantação e funcionamento adequados, o instrumento deve ser anteriormente submetido à opinião dos gerentes e técnicos, testado no campo, verificados tempo e complexidade na entrada dos dados, além de eficácia para os fins a que se destinam.

A concepção metodológica que informa a ferramenta já prescreve o debate de documentos específicos acerca de alguns temas fundamentais: trabalho interdisciplinar, trabalho com grupos, família: com quem trabalhamos, família: sua posição na implementação de programas de política social, territorialidade no programa, subjetividade e transformação social.

Referências bibliográficas

- INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS — IEE/PUC-SP [org.]. *Desafios da gestão social pública*. São Paulo: 2003. [Publicação interna.]
- SPOSATI, A. *Cidade, território, exclusão/inclusão social*. Texto apresentado originalmente no Congresso Internacional de Geoinformação — GEO Brasil/2000, São Paulo, Palácio das Convenções [16/6/2000].

Mas não existe só coisas boas na vida, existem vales e baixas mas tudo vale a pena.

Valer as dificuldades que conquili aqui, as vencer as coisas bastante legais por levar pra sempre o carinho e o aprendizado, coisas preciosas

Obrigado, tenho muito mais a vida mas consegui passar no um pra-queila de tudo que foi pra mim as coisas.

Fluaciador e Continuum sempre assim, no mundo deveria existir mais pessoas como você